

A formação pedagógica musical na visão interdisciplinar

Simone Braga
(UEFS/UFBA)
ssmmbraga@gmail.com

Resumo: o conceito do conhecimento baseado no preceito de que é possível compreender a realidade por meio de sua divisão em vários campos, já não atende a esta era e aos novos paradigmas, a exemplo da realidade multicultural. Tal concepção apresenta implicações no ensino musical, sobretudo na formação pedagógica musical desenvolvida pelos cursos de licenciatura em música e na atuação profissional posterior. O presente artigo tem por objetivo trazer algumas considerações sobre a formação realizada na perspectiva interdisciplinar, ao apresentar proposta a ser desenvolvida no componente curricular Piano Suplementar.

Palavras-chave: formação pedagógica musical, interdisciplinaridade, piano suplementar.

The music teacher training in interdisciplinary view

Abstract: the concept of knowledge based on the precept that one can understand the reality through its division into various fields, no longer meets this era and the new paradigms, such as the multicultural reality. This conception has implications for music education, especially in teacher training courses developed by Music degree in music and in professional activities later. This article aims to bring some considerations on the training undertaken in an interdisciplinary perspective, the present proposal to be developed in Piano Supplementary curricular component.

Keywords: Music teacher training, interdisciplinary, supplementary piano.

Introdução

A pós-modernidade caracteriza-se por grandes mudanças em diversas esferas como economia, política, diversidade sociocultural, difusão das redes sociais, avanços científicos e tecnológicos. Tais mudanças influenciam diretamente a produção, propagação e consolidação do conhecimento humano.

O conceito do conhecimento baseado no preceito de que é possível compreender a realidade por meio de sua divisão em vários campos já não atende a esta era e aos novos paradigmas que se apresentam a exemplo da realidade multicultural. Segundo FUCCI AMATO (2010), a grande questão é a produção de uma visão fragmentada da realidade com conhecimentos estanques, não produtores de ações eficazes no cotidiano social.

Tal concepção apresenta implicações no ensino musical, sobretudo na formação pedagógica musical desenvolvida pelos cursos de licenciatura em música e conseqüentemente na atuação profissional posterior. O presente artigo tem por objetivo trazer algumas considerações sobre a formação realizada pela perspectiva interdisciplinar, ao apresentar uma proposta a ser desenvolvida no componente curricular Piano Suplementar.

Perspectiva interdisciplinar

Com relação à formação pedagógica musical ofertada por grande parte das universidades brasileiras, ainda se verifica a visão predominante de realidade fragmentada com ações limitadas para o diálogo entre os componentes curriculares,

os departamentos e os cursos, conforme destaca KLEBER e CACIONE (2010, p. 76):

[...] a realidade das licenciaturas reforça os diagnósticos de outras instituições no país, destacando-se que os cursos carecem de investimento de ordem material, vivências na aplicação de novas metodologias, equipamentos e recursos humanos. Destacam-se, ainda, dificuldades em estabelecer elos entre as universidades, os cursos de licenciatura, as escolas e seus contextos.

Neste contexto, raramente se propicia o diálogo entre as disciplinas específicas e as disciplinas de caráter pedagógico musical. Quanto às disciplinas específicas, ALBINO e LIMA (2008, p. 1) afirmam também ser necessária formação instrumental mais sólida em detrimento da formação pedagógica musical, afinal, antes de professores, somos músicos:

A subdivisão das habilitações profissionais nos cursos superiores de música em Bacharelado e Licenciatura tem inserido no mercado, um profissional fragmentado em sua formação. Os bacharelados habilitam o aluno para a performance, a composição e a regência, mas não priorizam a formação pedagógica; já, as licenciaturas priorizam a formação pedagógica e o estágio supervisionado, em detrimento de uma formação instrumental mais sólida. No tocante ao ensino, entre os egressos dos bacharelados ainda predomina o célebre ditado popular “ensino como aprendi”. Os licenciados, por sua vez, estão cada vez mais distantes de produzir uma performance significativa, tendo em vista a exígua carga horária desses cursos destinada à prática instrumental e vocal. No mais das vezes, as licenciaturas em música têm o objetivo pedagógico dirigido para a sensibilização musical das crianças e jovens das escolas de educação básica e não visam uma preparação instrumental e vocal adequada para aqueles que serão os futuros docentes. Os cursos técnicos de música, por outro lado, objetivam capacitar aquele que será o futuro instrumentista ou cantor. Basicamente, esse tem sido o modelo de ensino musical desenvolvido no Brasil há várias décadas, ao qual se dá o nome de ensino tradicional.

Outro aspecto a ser considerado são as ações docentes concentradas em atividade única. Neste sentido, é possível identificar os docentes que atuam no ensino de graduação e/ou de pós-graduação, os que fazem pesquisa, esta na maioria das vezes vinculada a programas de pós-graduação, e os que se dedicam a programas de extensão. Este quadro reflete a falta de imbricação entre a pesquisa e a comunidade. Afinal, não há como possibilitar esta interação se a pesquisa é realizada de forma isolada, sem considerar a extensão e, sobretudo, o ensino.

Nesta perspectiva, DIAS (2009) destaca que muitos projetos de extensão são resultados de interesses e responsabilidades individuais de seus autores, com pouca ou nenhuma participação de estudantes, de outros professores e de técnicos, além do pouco acesso, por parte da sociedade, aos conhecimentos gerados na universidade. Neste sentido, BELLOCHIO (2003), indaga o retorno inexpressivo das pesquisas acadêmicas realizadas para a comunidade, sem servir de referência para as práticas docentes musicais adotadas. É possível que a atual política das universidades e a relação com a produção científica, como forma de assegurar progressão na carreira docente, possam intensificar esta prática e gerar distorções na forma de se produzir ciência. Como resultado, notam-se ações acadêmicas ainda limitadas para possibilitar a indissociabilidade entre ensino, extensão e pesquisa.

Sem dúvida, as atividades pertencentes ao tripé – ensino, pesquisa e extensão - são as grandes responsáveis pela formação pedagógico-musical em virtude da função

que cada uma deve exercer. O ensino apresenta-se como um dos eixos principais por desenvolver mecanismos de articulação entre a extensão e a pesquisa e, conseqüentemente, possibilitar formação contextualizada pelas agudas questões da sociedade contemporânea, as quais deverão ser objetos das pesquisas realizadas pela universidade e apresentar, como resultado, o desenvolvimento de mecanismos para levantar soluções e dissoluções de parte destas problemáticas sociais. A extensão, ao estabelecer troca de valores, torna-se o instrumento de aproximação com a sociedade, ao influenciar e permitir ser influenciada pela comunidade, em uma via de dois sentidos, ao levar conhecimentos e/ou assistência e também aprender com o saber dessas comunidades.

A análise destas questões nos permite concluir que a indissociabilidade está condicionada à visão interdisciplinar, por meio do diálogo entre as três atividades. Nesta direção, o ensino, em ligação com a extensão, aponta para a formação voltada para as realidades nos diversos campos de atuação docente, enquanto em ligação com a pesquisa desenvolverá instrumentos para esta atuação. A interação entre ensino, extensão e pesquisa possibilitará articular a teoria e a prática, democratizar o saber acadêmico e devolvê-lo à sociedade.

Esta visão encontra ressonância na realidade atual do campo de atuação docente musical e com as seguintes questões em evidência: 1) a multiplicidade de espaços; 2) a heterogeneidade presente na sala de aula; 3) a falta de propostas sistematizadas para o ensino musical na educação básica.

Sobre a primeira questão, DEL BEN (2003) argumenta que a multiplicidade de espaços de atuação é uma das particularidades da formação do professor de música que, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, deverá ser considerada pelos cursos: “integrar os diversos espaços educacionais que existem na sociedade, ajudando a criar um ambiente científico e cultural, que amplie o horizonte de referência do exercício da cidadania” (Brasil, 2002, p.14).

Sobre a segunda questão, RODRIGUES *et al.* (2003) destacam que a heterogeneidade abrange desde aspectos cognitivos quanto às condições físicas e psíquicas dos educandos a aspectos fisiológicos e socioculturais. O pesquisador argumenta que o âmbito educacional da contemporaneidade deve considerar duas lógicas: a da homogeneidade e a normatização e a da heterogeneidade e a diversidade. A primeira lógica diz respeito à garantia do ensino para todos porque todos são iguais. A segunda lógica reconhece as diferenças individuais de necessidades, condições físicas, sociais e psíquicas. Logo, igualdade significa respeito às diferenças e necessidades individuais.

Todavia, para a elaboração e a efetivação de propostas para o ensino musical, em um espaço em franco desenvolvimento, sob influência da Lei 11.769/2008, a educação básica, é preciso uma formação pedagógica musical que atenda aos novos paradigmas sociais e prepare para a atuação pelo conhecimento de técnicas de ensino, de aprendizagem, saberes cognitivos, uso do corpo, uso da voz, uso de elementos cênicos, recursos tecnológicos, entre outros. Contudo, a formação desenvolvida por alguns cursos de licenciatura apresenta defasagem acentuada em relação às necessidades profissionais e culturais da sociedade. Neste sentido,

KLEIN (1990) defende a adequação dos diversos campos de estudo à realidade pós-moderna, sobretudo os responsáveis pela formação profissional, pela realização de pesquisas colaborativas, campos de conhecimentos híbridos, estudos comparativos e perspectivas holísticas ou unificadas.

Longe de ser um fenômeno novo, a interdisciplinaridade surgiu na Europa como movimento, durante a década de 1960. Contudo, para efetivá-la é necessário compreender o seu conceito. LIMA (2007) considera que há confusão neste entendimento e garante que muitos educadores, baseados na premissa de que a música é uma área multidisciplinar, pressupõem sempre estar agindo sob bases interdisciplinares, o que muitas vezes não é real.

A interdisciplinaridade é concebida na articulação e na interação entre disciplinas, por meio da intercomunicação de um esforço em comum: “[...] a prática da interdisciplinaridade não pressupõe a descaracterização dos diferentes campos de conhecimento e sim a interação entre eles [...]” (FREIRE, 2010, p. 85). Segundo Amato (2010, p. 521), “[...] a interdisciplinaridade visa à completude, à totalidade e à universalidade do saber, ainda que este saber seja parcial – busca ao menos, conjugar visões que se aproximem [...]”. Para FAZENDA (2002, p. 8), esta vem sendo utilizada “[...] a fim de preservar a integridade do pensamento e o restabelecimento de uma ordem perdida.”

De acordo com MORIN (2000), a organização do conhecimento sob a forma de disciplinas torna-se útil apenas quando se estabelece diálogo entre essas e, ao contrário, produz conhecimento parcelado. Este diálogo pode proceder por meio da interdisciplinaridade, realizada em graus diferenciados por intermédio da aplicação de conceitos, epistemologias ou na criação de novas disciplinas.

Historicamente podem-se pontuar ações indisciplinares no ensino musical. Os educadores Gainza e Sá Pereira defendiam que o educador musical deveria agregar conhecimentos sobre o desenvolvimento humano pela Psicologia, enquanto Mignone valorizava o intercâmbio de idéias de diferentes áreas educacionais, por meio de parcerias com profissionais especializados para promover o desenvolvimento harmonioso das potencialidades dos educandos no campo sensorial, afetivo, motor e mental.

No ensino musical, a ação interdisciplinar torna a aprendizagem significativa quando há a integração de diversos saberes, promoção de experiências variadas e maior proximidade com o contexto social em que se insere. Neste sentido, a articulação permite a formação integral ao focar o desenvolvimento intelectual, psicológico, sociocultural e ecológico do homem. Em concordância, o PCN de Arte do Ensino Fundamental (1988) defende a concepção educativa integral ao sinalizar conteúdos não condicionados unicamente às disciplinas ou matérias tradicionalmente conhecidas, mas abrange, além das capacidades cognitivas, as motoras, afetivas, de relação interpessoal e de inserção social.

Entretanto, a efetivação da ação interdisciplinar não é uma tarefa fácil. FAZENDA (2002) recomenda atitude de abertura para o novo, desprovida de preconceitos, sem negar ou esquecer velhos conceitos. Entretanto, é preciso romper com alguns desafios como a conquista de possíveis parcerias, revisar conceitos, desenvolver

humildade frente à limitação do próprio saber, além do desenvolvimento de competências como flexibilidade, solução de conflitos, visão de futuro, superação de obstáculos e, sobretudo, desenvolver visão sistêmica. De acordo com CAPRA (1995), a visão sistêmica propicia o estabelecimento de relações e de integração. Enquanto CREMA (1989, p.68) considera que a abordagem sistêmica

“[...] consiste na consideração de que todos os fenômenos ou eventos se interligam e se inter-relacionam de uma forma global; tudo é independente. Sistema (do grego systema: reunião, grupo) significa um conjunto de elementos interligados de um todo, coordenados entre si e que funcionam como uma estrutura interligada”.

Além destas atitudes, de se permitir dialogar, é importante que a ação seja planejada e articulada com propósitos pedagógicos e também políticos da atuação docente. Uma das estratégias mais eficazes para se lidar com tais desafios, diz respeito justamente à formação pedagógico-musical. É necessário que a universidade se conscientize quanto às suas limitações perante a complexidade e a diversidade pós-moderna e assuma postura em direção a ações interdisciplinares por meio de diálogo entre disciplinas específicas e pedagógicas, interação interdepartamental, diálogo com outros cursos ofertados e, sobretudo, articular ensino, extensão e pesquisa, a fim de criar condições para a formação docente em concordância com os novos paradigmas pós-modernos de forma a atender às necessidades profissionais da atualidade.

Segundo LIMA (2007), as metas interdisciplinares para o ensino superior é o diálogo constante entre a prática e a teoria, ao valer-se da dúvida como elemento formador e a pesquisa como propulsora do avanço cognitivo. Neste contexto, a parceria de diversos campos de conhecimento é facilitada por projetos que visam à participação das disciplinas na formação crítica do conhecimento, negando a sua segmentação e buscando pontos de convergência.

Os projetos constituem uma forma de ensino que privilegia a autonomia, como meio de reorganizar a gestão do espaço, do tempo e da relação entre docentes e educandos. A universidade redefine o discurso sobre o saber acadêmico ao proporcionar o trabalho do qual todos participam, colaboram e interagem:

[...] longe de ser totalmente nova, a proposta compartilha alguns de seus fundamentos com propostas pedagógicas que vêm sendo formuladas desde os anos 1930, por exemplo, por Dewey, Bruner, entre outros. Nesta proposta de trabalho os alunos devem conhecer seu mundo, e devem fazê-lo de forma contextualizada, significativa e crítica, sabendo procurar informações, relacioná-las, aos poucos elaborando um arcabouço que lhes permita distinguir nessas informações a sua origem, suas intenções, a quem elas beneficiam. São coisas fundamentais para a formação de um cidadão (OLIVEIRA, 2003, p. 4).

Como exemplo, pode-se ilustrar uma possível estratégia a ser adotada no componente curricular Piano Suplementar, por meio do desenvolvimento de projetos que darão suporte para as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Projetos interdisciplinares no ensino musical

O componente curricular Piano Suplementar, de caráter obrigatório, é destinado aos educandos matriculados nos cursos de Licenciatura em Música e cria condições para a execução instrumental a serviço da atuação docente. Desta forma, serão apresentadas ações a se desenvolverem durante a formação, as quais influenciarão a atuação docente posterior.

1) Formação pedagógico-musical

De acordo com CORVISIER (2008, p.191), a principal função da aula de piano suplementar para aqueles que não estão familiarizados com o instrumento é “trabalhar e desenvolver a técnica básica aliada à prática do que se pode chamar de as habilidades funcionais do piano como a leitura simultânea de claves, a leitura à primeira vista, e rudimentos de harmonização, transposição e improvisação ao teclado, tópicos que melhor atendem às necessidades práticas do aluno”.

Neste contexto, os projetos não se limitarão à execução instrumental, mas serão os propulsores para a formação docente pela análise, discussão, observação e ação, por meio de orientações pedagógicas, interação entre pares, encontros didáticos, apresentações, realização de pesquisas, entre outros. O diálogo entre os outros cursos e demais disciplinas complementará este suporte por intermédio da parceria com variadas áreas de conhecimento como a fisioterapia (para compreender a anatomia corporal e as suas implicações na execução instrumental), a psicologia (para melhor compreender o comportamento humano e os processos de aprendizagem), a expressão corporal e cênica (para melhor compreender as emoções na *performance* e analisar diversos formatos de apresentações), a gestão de grupos (oportunizar a prática musical coletiva e a gestão de diferentes grupos sociais), além de disciplinas como história da música (para contextualizar o repertório executado), percepção musical (para perceber, criar e recriar novos elementos musicais), literatura e estruturação musical (para analisar a estrutura das peças) e disciplinas de caráter pedagógico, como prática de ensino e fundamentos da educação musical (para articular o fazer musical com a atuação docente, ao dar significado ao aprendido ao fazer uso na prática docente).

2) Atuação pedagógico-musical na educação básica

Em termos políticos, a promoção da interdisciplinaridade por meio da execução de projetos escolares, ao envolver diversos componentes curriculares, poderá ser uma forma de o ensino musical conquistar o seu espaço na educação básica e possibilitar o reconhecimento da comunidade escolar quanto a sua importância para a formação discente e como uma área de conhecimento.

O diálogo possibilitará sistematização da proposta de ensino a partir da reflexão, análise e tomada de decisões quanto aos propósitos do ensino musical e a sua adequação à realidade escolar, ao favorecer a participação ativa dos educandos e desenvolver dinamicamente o processo de ensino-aprendizagem, por meio da realização de projetos. Para HERNÁNDEZ (1998), o desenvolvimento de projetos escolares é uma forma de atender às preocupações e problemas contemporâneos dos educandos em confronto com uma organização curricular fragmentada. Todavia,

é necessário ter clareza quanto ao caráter da música como área de conhecimento para defender os seus conteúdos e saberes.

Ao conquistar o seu espaço, a interdisciplinaridade poderá ser expandida além dos limites curriculares e físicos. O trabalho realizado na sala de aula, com o auxílio da execução instrumental docente, seja para acompanhar práticas musicais ou desenvolver parâmetros musicais, poderá ser ampliado, também por meio de projetos direcionados para toda a comunidade local. Segundo SWANWICK (2003), a música é uma entidade múltipla que não deve se limitar ao espaço físico escolar. A realidade pós-moderna aponta para o desenvolvimento de situações de ensino-aprendizagem em parceria com outros contextos sociais para promover diversas experiências musicais. A escola deve desenvolver uma rede de educação musical que envolva músicos, indivíduos e comunidade.

3) Atuação pedagógico-musical na escola de música

Em termos pedagógicos, o entendimento de que todo conhecimento é igualmente importante permitirá a ação interdisciplinar. Neste aspecto, devem-se estabelecer relações horizontais entre as disciplinas da matriz curricular. Como exemplo, em um curso específico de música, em vez da valorização da memorização de regras relativas à literatura e estruturação musical, o educando será estimulado a compreender que a utilização de determinadas convenções, como o uso de intervalos de quintas e oitavas sucessivamente em música vocal sacra é decorrente de um determinado contexto histórico-social. Esta compreensão ocorrerá pela apreciação, análise e execução instrumental de músicas da época, por meio do diálogo entre as disciplinas História da Música, Literatura e Estruturação Musical, Percepção e Piano.

Considerações finais

A visão interdisciplinar, o diálogo entre os componentes curriculares, sobretudo, na formação pedagógico-musical, possibilitará aproveitar o espaço das aulas de Piano Suplementar como laboratório para o aprimoramento instrumental, desenvolvimento de saberes práticos musicais, articulação de saberes prévios com saberes adquiridos, articulação de saberes musicais com os saberes pedagógicos, aplicação da fundamentação teórica estudada, desenvolvimento de habilidades de liderança e gestão de grupo, seleção de repertório, elaboração e análise de arranjos, organização de apresentações, montagem de programas, seleção de conteúdos e objetivos musicais, desenvolvimento de espaço educacional colaborativo, interativo e, sobretudo, desenvolvimento de propostas para o ensino musical.

A partir desta perspectiva, serão criadas condições para que os futuros professores desenvolvam competências para atuar nos diferentes contextos educacionais, além de lidar com as situações apresentadas no cotidiano, como a utilização de multimeios, inclusão social, distúrbios de aprendizagem, heterogeneidade de processos cognitivos, entre outros, e ter a interdisciplinaridade como uma referência para a sua prática docente, vivenciada em sua formação.

Referências

- ALBINO, César; LIMA, Sônia Albano de. A aplicação da teoria da aprendizagem significativa de Ausubel na prática improvisatória. *Opus*, Goiânia, v. 14, n. 2, p. 115-133, dez. 2008.
- BELLOCHIO, Cláudia. Educação Musical e professores dos anos iniciais de escolarização: formação inicial e práticas educativas. In: HENTSCHKE, Liane; DEL BEN, Luciana (org.). *Ensino de música: propostas para pensar e agir em sala de aula*. São Paulo: Moderna, 2003.
- BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental: Arte, 1988.
- CAPRA, Fritjof. O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente. Trad. Álvaro Cabral. 14 ed. São Paulo: Cultrix, 1995.
- CREMA, Roberto. *Introdução à visão holística: breve relato de viagem do velho ao novo paradigma*. São Paulo: Summus, 1989.
- CORVISIER, Fátima. Uma nova perspectiva para a disciplina Piano Complementar. In: Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação, 18., *Anais...* Salvador, 2008.
- DIAS, Ana Maria Iorio Dias, no artigo Discutindo caminhos da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. In: *Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Educação Física*, v. 1, nº. 1, p.37-52, 2009.
- FAZENDA, Ivani. *O desafio metodológico de formar professores na interdisciplinaridade*. Texto disponibilizado pela autora (circulação interna) para o GEPI em 2002.
- FREIRE, Vanda. Pesquisa em Música e Interdisciplinariedade. In: *Música Hodie*, v. 10, nº 1, p. 81-92, 2010.
- FUCCI AMATO, Rita de Cássia. Música e Interdisciplinaridade: bases epistemológicas e exploração de uma interface. In: Simpósio de Cognição e Artes Musicais, 6., 2010, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: SIMCAM/UFRJ, p. 517-539, maio. 2010.
- KLEBER, Magali Oliveira; CACIONE, Cleusa Erilene dos Santos. Uma experiência interdisciplinar no curso de Licenciatura em Música da Universidade Estadual de Londrina. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, V. 23, 75-83, mar. 2010.
- KLEIN, Julie Thompson. *Interdisciplinarity: history, theory and practice*. Detroit: Wayne State University Press, 1990.
- HERNÁNDEZ, Fernando. Transgressão e mudança na educação. Os projetos de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- LIMA, Sonia Albano de. *Interdisciplinaridade: Uma prioridade para o ensino musical*.v. 7, n.º 1, São Paulo: Música Hodie, 2007, p. 51-65.
- MORIN, Edgar. Da necessidade de um pensamento complexo. In: Francisco Menezes e Juremir Machado da Sila (org.), *Para navegar no século XXI*. Porto Alegre: Sulina/Edipucrs, 2000.
- OLIVEIRA, Gisele. *Pedagogia de projetos: um relato de experiência de como a música se insere nesse contexto*. Disponível em: http://prolicenmus.ufrgs.br/repositorio/moodle/material_didatico/didatica_musica/turma_cd/un14/links/elato_experiencia_sobre_musica_pedagogia_projetos.pdf. Acesso em 24 de junho de 2011.
- RODRIGUES, Armindo J. CASTRO, Adriano Monteiro... [et al.]; RIBEIRO, Maria Luisa Sprovieri, BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (org). *Educação Especial: do querer ao fazer*. São Paulo, Avercamp, 2003.

SWANWICK, Keith. *Ensinando música musicalmente*. Trad.: Alda Oliveira e Cristina Tourinho. São Paulo: Moderna, 2003.

Sobre a autora

Simone Braga é doutoranda em Educação Musical pelo PPGMUS – UFBA, onde realizou o Mestrado em Educação Musical. Possui Bacharelado em Piano e Licenciatura em Música pelo CBM - CEU. Atualmente é professora auxiliar na UEFS, na FACESA e no CEEP - BA.